

Apresentação

11 de março de 2015

Apresentamos a nova edição da Revista Direito e Práxis (vol. 06, n. 10 de 2015, Dez-Mar), com o **Dossiê temático Revisitando “Poderá o Direito ser emancipatório?”**, organizado pelos professores **Orlando Aragón Andrade e Boaventura de Sousa Santos**. Abaixo, segue o artigo dos editores, em português e espanhol, que apresenta detalhadamente o rico material produzido pelos pesquisadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

Neste número, além dos oito artigos inéditos e do dossiê, trazemos a tradução do artigo “Behind Marx’s hidden abode, for an Expanded Conception of Capitalism”, da professora **Nancy Fraser**, originalmente publicado na New Left Review. Para realizar a tradução, recebemos o fomento do edital de apoio a periódicos científicos Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. Publicamos também a resenha, do livro de Sheila Jeffreys, Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism.

Este número também inaugura uma nova fase de políticas editoriais da Direito e Práxis. A revista passa a ser **quadrimestral**, com publicação nos meses de março, junho e novembro. Além disso, será publicado um **Dossiê especial em cada edição**. Esperamos com isso dar maior celeridade ao fluxo de artigos e contribuir com a discussão de temas relevantes para a sociedade e academia brasileiras.

Por fim, relembramos que as políticas editoriais para as seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Em caso de dúvidas, basta contatar nossa equipe editorial. Agradecemos, como sempre, aos autores, avaliadores e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação e pelo trabalho de alta qualidade.

Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**

Revisitando “Poderá o direito ser emancipatório?”

Orlando Aragón Andrade

Investigador del Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra e integrante del Colectivo Emancipaciones (www.colectivoemancipaciones.org).

Boaventura de Sousa Santos

Director del Centro de Estudios Sociales de la Universidad de Coimbra, Distinguished Legal Scholar de la Facultad de Derecho de la Universidad de Wisconsin-Madison y Global Legal Scholar de la Universidad de Warwick.

Faz sentido perguntar-se sobre as possibilidades emancipatórias do direito em realidades tão diversas como as do sul global na atualidade? Seria esta pergunta reducionista, ao deixar escapar os processos político-jurídicos complexos que intervêm em nossas sociedades? Ela traz elementos relevantes para uma nova prática e estudo crítico do direito no sul global? Estas foram as questões colocadas e problematizadas em um artigo de Boaventura de Sousa Santos (2003)¹, que completa doze anos de sua primeira publicação na Revista Crítica de Ciências Sociais e que recebeu o título “Poderá o Direito ser emancipatório?”.

A resposta geral que se deu a este questionamento, no momento, foi um sim condicionado, que convidava a uma nova análise e prática do direito para além

¹ Versão em Português, Santos, 2007.

das tradições clássicas do reformismo e da revolução, bem como para além das orientações críticas recentes que invisibilizam e rejeitam a resistência mantida por múltiplos movimentos sociais do sul global através do direito estatal (Santos e Rodríguez-Garavito, 2007). Os argumentos desenvolvidos no referido artigo de Boaventura de Sousa Santos não tiveram a finalidade de dar uma resposta definitiva e acabada, mas sim de oferecer um marco de análise e orientação geral para ser explorado em um direito que, devido à globalização neoliberal, é cada vez mais heterogêneo, contraditório e plural.

Os artigos reunidos nesse dossiê temático da Revista Direito e Práxis respondem à convocatória de repensar o direito sob uma nova orientação crítica: a legalidade cosmopolita subalterna. Buscam, portanto, problematizar, particularizar e explorar em diversos contextos, principalmente brasileiros, os horizontes e limites do marco de análise proposto em “Poderá o direito ser emancipatório?”. Para alcançar este objetivo, realizam diferentes aproximações teóricas, empíricas e metodológicas, próprias de cada especialização do direito e da perspectiva política de cada uma de suas autoras e autores.

Essas contribuições são, ademais, o resultado de uma reflexão coletiva que se iniciou em 2010, em um seminário realizado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e que teve o objetivo de discutir a atualidade do trabalho que dá nome ao dossiê. No primeiro encontro, compareceram estudantes de Doutorado em Pós-colonialismo e Cidadania Global, do Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI e do Doutorado em Democracia no Século XXI do CES, que tinham já uma trajetória formada no ativismo e/ou na advocacia popular. Este grupo foi completado por doutorandos de diferentes programas do Brasil e do México, que compartilhavam do mesmo perfil de ativismo no campo do direito e que, naquele momento, se encontravam realizando estádias de pesquisa no CES.

Os resultados deste primeiro encontro foram tão ricos que, em pouco tempo, já se pensava em uma segunda reunião, a qual ocorreu novamente no CES durante o verão de 2012. A esta nova convocatória, somaram-se outros

investigadores e investigadoras ativistas brasileiros que trouxeram novos trabalhos no campo da teoria crítica do direito e que enriqueceram e diversificaram as discussões iniciadas dois anos atrás.

Destas reuniões e dos diálogos mantidos nos anos seguintes pelos pesquisadores e investigadores deste grupo², é que surgem os dez artigos reunidos neste dossiê. É importante advertir novamente que cada um deles estuda subcampos diferenciados do direito com sua própria trajetória, literatura especializada e com instrumentos metodológicos particulares (análises de sentenças, experiências de mobilização social, casos emblemáticos de judicialização, historiografia brasileira, entrevistas com atores chaves, entre outros). Assim, a articulação deste conjunto de trabalhos tem como referência as perguntas, problemas e princípios orientadores colocados em “Poderá o direito ser emancipatório?”.

A principal riqueza deste esforço coletivo reside, então, na amplitude de subcampos, escalas e experiências que, desde múltiplos enfoques e recursos metodológicos, se submetem ao marco orientador proposto pela legalidade cosmopolita subalterna. Desta maneira, os trabalhos aqui reunidos estudam desde o direito penal no contexto de emergência de modelos de governança cada vez mais fascistas e criminalizadores (veja-se os artigos de Vieira e Felix e Reis), até as estratégias e práticas dos advogados populares e das defensorias públicas progressistas para defender os movimentos sociais e abrir maiores espaços de inclusão social (veja-se os artigos de Sá e Silva; Carlet e Lauris); bem como o uso do direito como instrumento de resistência do período de transição do escravismo ao pós-escravismo no Brasil (veja-se o artigo de Andrade, Fernandes e de Carli), até a incorporação deste nas estratégias de luta dos chamados novos movimentos

² Estes espaços foram o painel sobre “Experiências e práticas alternativas de pluralismo jurídico na globalização neoliberal”, coordenado por Fernanda Vieira, Mariana Quintans e Orlando Aragón durante o V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia em 2013; assim como o grupo de trabalho “A era dos (não) direitos? Governança neoliberal e o uso dos direitos humanos como produção de experiências contra-hegemonicas” coordenado pelos mesmos investigadores no I Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de língua Portuguesa em 2015.

sociais como os ambientais, indígenas e quilombolas (veja-se os artigos de Hagino e Quintans; e Carvalho); além da crescente pluralidade jurídica nas escalas globais (veja-se o artigo de Aragón), até suas expressões em espaços globais no Brasil (veja no artigo de Maldonado).

Apesar desta diversidade temática e de estarem orientados por ferramentas analíticas da legalidade cosmopolita subalterna, os trabalhos que dão corpo a este dossiê não oferecem uma leitura monótona e homogênea. Ao contrário, neles se pode encontrar ricos diálogos e debates. Estes encontros, alguns mais explícitos, outros mais implícitos, oferecem uma contribuição singular para continuar uma discussão mais ampla sobre o potencial emancipador que o direito pode ter nos diferentes campos, escalas e contextos sociais, nos quais se apresenta como um recurso de resistência ou de luta para as coletividades que lutam pela transformação social.

O artigo que abre este dossiê temático “A diversidade jurídica em disputa na era da globalização neoliberal” de Orlando Aragón, interessa-se em analisar um fenômeno que não foi discutido em “Poderá o direito ser emancipatório?”, mas faz claramente parte da agenda lá proposta. De fato, este trabalho pergunta sobre o caráter político do pluralismo jurídico no atual contexto de hegemonia e contra-hegemonia global do direito. Não se pretende responder esta questão de forma genérica, posto que a própria literatura especializada já advertiu sobre o caráter político ambíguo do pluralismo jurídico. O que se pretende, no trabalho, é o desenvolvimento de uma proposta teórica que permita avaliar e comparar, no contexto atual de heterogeneidade e pluralização do direito, o potencial emancipador de diferentes expressões do pluralismo jurídico. Para alcançar este objetivo, propõe, em resumo, uma caracterização tripla do pluralismo jurídico: expressões hegemônicas, contra-hegemônicas e não-hegemônicas. Ao final do artigo, argumenta-se que, assim como o direito estatal, o pluralismo jurídico não possui conteúdo político fixo; no entanto, sua avaliação política exige uma nova relevância no contexto da globalização neoliberal e do cosmopolitismo subalterno.

O trabalho de Fábio Sá e Silva parte da mesma discussão sobre a hegemonia e contra-hegemonia global do direito. Este trabalho traz um estudo comparativo entre a advocacia de interesse público nos Estados Unidos e a advocacia popular ou de direitos humanos na América Latina. Através de uma ampla análise de entrevistas realizadas com várias advogadas e advogados nos EUA e em diferentes países da América Latina, assim como uma cuidadosa revisão de experiências brasileiras, o autor mostra as muitas diferenças entre as concepções e práticas destes organismos no norte e sul globais. Esta posição supõe um contraponto à leitura crítica que apresenta a proliferação de organizações que defendem juridicamente os movimentos sociais na América Latina como a reprodução dos modelos de governança gerados no norte global, que não somente não resistem, se não também contribuem para perpetuar as relações de poder e as elites latino-americanas. O trabalho reconhece que, em certas experiências de organizações de advogados e advogadas populares ou de direitos humanos na América Latina, seria possível encontrar elementos emancipatórios, contudo, adverte também sobre sua fragilidade. Finalmente, o autor sugere uma rota crítica para investigações futuras sobre este tema e convida a uma maior problematização sobre os sentidos e os contextos das práticas jurídicas que permitam exercícios colaborativos transnacionais entre os advogados e advogadas ativistas dos Estados Unidos e América Latina.

Da discussão em torno da hegemonia e da contra-hegemonia do direito global passamos, no terceiro artigo, a uma escala nacional para estudar as práticas e as formas de mobilização do direito por advogados e advogadas populares que atuam solidariamente com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Flavia Carlet busca averiguar se sua práxis jurídico-política transcende os limites da concepção demo-liberal de direito. Esta contribuição aporta um panorama ilustrativo de como os próprios advogados e advogadas populares do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra concebem seu ativismo político e algumas das chaves as quais recorrem para a mobilização que realizam no discurso jurídico (uso do direito positivo a partir dos fundamentos constitucionais, construção

interpretativa de fatos e normas e a combinação da ação política). No entanto, esta análise não deixa a prática da advocacia sem ar, argumenta também sobre as razões pelas quais têm incidência em um campo desigual como o jurídico, mas ainda assim suscetível de disputa. A autora conclui seu artigo sustentando que a advocacia popular dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é uma amostra de que é possível fazer um uso contra-hegemônico do direito, que ademais contribui decisivamente para a democratização da justiça em um país como o Brasil.

A questão do acesso à justiça do Estado é a problemática abordada no trabalho de Élide Lauris. A partir da experiência da defensoria pública e de movimentos sociais de São Paulo, no Brasil, são analisadas as potencialidades e limites do uso politizado do direito por esta instância governamental em um contexto marcado pela complexa interação entre zonas democráticas e de exceção necropolítica. A par de revelar como o poder soberano pode decidir sobre a vida ou morte dos grupos marginalizados através da distribuição desigual de recursos políticos e econômicos, a ideia das divisões abissais no acesso à justiça do Estado, formulada pela autora, permite enriquecer sua contribuição aprofundando os vínculos que o acesso à justiça guarda com distintas concepções e práticas de democracia. A partir deste vínculo entre acesso à justiça e a qualidade da democracia, se sustenta que a ação contra-hegemônica de uma defensoria pública pode interromper casuisticamente e ajudar a denunciar a inércia excludente do Estado neoliberal, porém, por si só, não pode vencê-la. Ao final, a autora aponta que a ação de uma defensoria pública em uma democracia de alta tensão passa necessariamente pelo rompimento com a premissa demoliberal da neutralidade política do direito e, ao contrário, assume uma atitude politicamente comprometida com os oprimidos, que possibilita o que denomina como contra-justiça.

A exclusão social e os estados de exceção nos levam a um dos pontos mais polêmicos sobre o debate da utilização contra-hegemônica do direito, qual seja, o

que se poderia realizar a partir da justiça criminal. “Seduzidos pela dama de copas”, de Fernanda Vieira, abre esta discussão, na qual a autora retoma a metáfora da dama de copas de “Alice no país das Maravilhas” para apresentar o paradoxo da penetração do discurso punitivo em uma de suas principais vítimas: os movimentos sociais. A partir de um seguimento ligado à história do capitalismo, acessando uma ampla literatura crítica, a autora conta sobre a evolução e as funções que o direito penal cumpriu na sociedade até sua atual identidade na globalização neoliberal. De forma similar ao artigo anterior, a autora mostra com clareza como as atuais democracias liberais não somente não se opõem aos mais agressivos regimes de exceção e punição, mas como também podem conviver funcionalmente com eles. Dentro deste marco e após realizar uma análise sobre o papel que o poder judiciário adquire nos conflitos penais, defende a ideia de que o espaço para que os movimentos possam obter algum tipo de vantagem emancipatória é nulo a partir da punição de certas condutas que consideram ofensivas. O artigo termina refletindo, contudo, sobre as possibilidades nas quais o direito penal pudesse ter conteúdos emancipatórios sob outras lógicas de justiça apenas praticadas e pensadas por movimentos sociais do sul global.

A contribuição de Criziany Felix e Cristiane Reis também adere ao debate sobre as possibilidades emancipatórias dentro do sistema penal. Como os trabalhos anteriores, as autoras estão de acordo sobre a emergência de um fascismo social em sociedades como a brasileira, o que fortalece cada vez mais a divisão abissal entre um minúsculo setor da população, que na prática disfruta dos benefícios que, sob a lógica da teoria contratualista, pertencem a sociedade civil e, outro grande setor que, na prática, nunca pertenceu a esta ou está progressivamente excluído ao estado de natureza. Contudo, esta exclusão é analisada sob um contexto mais ambíguo, ou seja, o de que de que a Constituição Brasileira de 1988 adquire certas características do constitucionalismo transformador que permite, em alguns casos e sob certas circunstâncias, que, na justiça penal se apresentem certas sentenças progressistas distanciadas da lógica punitiva neoliberal. Por esta razão, a estratégia que as autoras seguem para avaliar

o eventual potencial emancipatório da justiça criminal se desloca para a análise da prática judicial e, mais especificamente, para o estudo de quatro posições progressistas. A partir destes elementos gerais se conclui que, inclusive a justiça criminal, possui bordas contra-hegemônicas, se estas se concebem como meios que permitem uma maior inclusão social em situações altamente excludentes.

Se o debate em torno das possibilidades emancipatórias da justiça penal é polêmico, o artigo escrito em coautoria por Bruno Andrade, Bruno Diniz e Caetano de Carli leva à discussão de um dos contextos mais difíceis de analisar. De fato, neste sétimo trabalho se realiza um debate sobre deslocamento (no tempo e na questão) para se centrar no uso contra-hegemônico do direito e da institucionalidade na transição do regime escravista e pós-escravista no Brasil. Os autores se concentram no estudo do direito imperial e na historiografia pré e pós-abolicionismo para caracterizar o campo jurídico deste contexto como fortemente desigual e hegemônico, porém, ainda assim, suscetível de disputa. Questionam também a ideia mítica de que, com a promulgação de leis abolicionistas de 1888 se tenha dado fim ao escravismo no Brasil e com uma perspectiva pós-colonial, dando conta de sua continuidade em uma etapa formalmente pós-escravista. As fontes principais as quais os autores recorrem em seu estudo são obras centrais da historiografia sobre a resistência escrava no Brasil e uma experiência na qual foi permitida a prática da capoeira, que fora, durante muito tempo, criminalizada. Nestas fontes, retomam episódios, nos quais se documenta como os negros escravizados, apesar do regime opressor, tiveram a habilidade de se movere em espaços muito estritos, mas mediante mecanismos informais e privados, para resistir a partir das instituições do direito.

Do uso informal da institucionalidade e do direito, passamos, no seguinte artigo, à análise dos movimentos sociais que incorporaram o direito como uma de suas principais ferramentas de lutas. No caso dos povos tradicionais na luta por reconhecimento por identidade no Brasil contemporâneo, mais especificamente os movimentos indígenas e quilombolas, estudados por Córa Hagino e Mariana

Quintans. As autoras mostram como estes setores, historicamente haviam sido negados, invisibilizados, violentados e despojados de seus territórios, pouco a pouco, foram se aproveitando da ambiguidade do direito e da heterogeneidade do campo judicial para conseguir conquistas significativas para suas lutas, baseando-se no reconhecimento de sua identidade diferenciada. O estudo dos casos emblemáticos de Raposa Serra do Sol e da Ilha da Marambaia, nos quais se demandava o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, proporcionam um referencial empírico a partir do qual as autoras percebem a mobilização contra-hegemônica que estes movimentos fazem do direito.

O trabalho de Lidiane Carvalho sobre as potencialidades emancipatórias do direito ambiental no Brasil representa uma continuação natural do artigo sobre os povos tradicionais. Não somente porque os processos de luta se enquadram dentro dos denominados novos movimentos sociais, mas também porque, como sustenta a autora, o meio ambiente aparece como um elemento estratégico para gerar alianças entre diferentes movimentos sociais e entre diferentes formas de conhecimento. Nesta penúltima colaboração, analisa-se o surgimento do direito ambiental como uma clara expansão da legalidade cosmopolita, que, no entanto, perdeu força nos últimos tempos, afastando-se cada vez mais para um polo de regulação. Este artigo finaliza tornando visível, por meio de um exercício de sociologia das ausências e das emergências, as potencialidades que, apesar de tudo, continuam residindo no direito ambiental para práticas contra-hegemônicas do direito, e inclusive elementos para pensar sociedades pós-capitalistas e pós-coloniais.

O trabalho de Fernando Maldonado encerra esse dossiê com a temática de sua abertura: o pluralismo jurídico. No entanto, a abordagem empregada pelo autor é particular. O que lhe interessa é indagar, a partir de uma experiência territorial de uma comunidade urbana na cidade brasileira de Canoas, se a pluralidade legal pode incidir em um exercício de democracia de alta intensidade. Para alcançar seu objetivo, o autor oferece uma revisão panorâmica de como a

democracia liberal foi perdendo seu impulso transformador e de inclusão durante o século XX devido à ênfase colocada nos mecanismos de representação. Mostra também como a reforma do Estado no Brasil abriu novos espaços, ainda que contraditórios em muitos sentidos, para a prática de formas de democracia mais participativas, principalmente ao nível local. Iniciativas como os orçamentos participativos e as audiências públicas de alguns governos locais, assim como o uso politizado de uma pluralidade de ordenamentos, de escala local principalmente, são, conforme o autor, novas janelas a partir das quais práticas democráticas de alta tensão podem ser implementadas.

Ao final desta apresentação, não é necessário dizer que temos a certeza de que este mosaico de análises enriquece e aprofunda as respostas às questões com as quais iniciamos a introdução. Contudo, assim como “Poderá o direito ser emancipatório?”, este conjunto de trabalhos não pretende colocar ponto final ao debate. Ao contrário, pretende ser o início de uma discussão mais ampla em torno do papel que o direito ocupa hoje em suas múltiplas expressões, dimensões, escalas e subcampos nas lutas dos movimentos sociais e dos coletivos de resistência por uma sociedade mais justa. Esperamos que assim seja.

Bibliografía:

Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Podera o direito ser emancipatorio?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Podera o direito ser emancipatorio*, Vitória: Faculdade de Direito e Fundação Boiteux, 2007.

Santos, Boaventura de Sousa y César Rodríguez Garavito (2007) “El derecho, la política y lo subalterno en la globalización contra-hegemónica”, en: Boaventura de Sousa Santos y César Rodríguez Garavito (Coords.), *La globalización y el derecho desde abajo. Hacia una legalidad cosmopolita*, México DF: UAM-C / Anthropos, 7-28.

Presentación

11 de Marzo de 2015

Revisitando ¿Puede el derecho ser emancipador?

¿Tiene sentido preguntarse por las posibilidades emancipadoras del derecho en realidades tan diversas como las del sur global en la actualidad? ¿Es ésta una pregunta reduccionista que deja escapar los complejos procesos político-jurídicos que intervienen en nuestras sociedades? ¿Aporta elementos relevantes para una nueva práctica y estudio crítico del derecho en el sur global? Estas interrogantes fueron planteadas y problematizadas en un artículo de Boaventura de Sousa Santos (2003)³ que cumple ya doce años de ser publicado por primera vez en la Revista Crítica de Ciencias Sociales y que fue titulado con la pregunta de: “¿Puede el derecho ser emancipador?”.

La respuesta general que se dio a este cuestionamiento en ese momento fue un sí condicionado que invitaba a un nuevo análisis y práctica del derecho, más allá de las tradiciones clásicas del reformismo y de la revolución; así como de las orientaciones críticas recientes que invisibilizan y desechan la resistencia que mantienen múltiples movimientos sociales del sur global a través del derecho estatal (Santos y Rodríguez-Garavito, 2007). Los argumentos desarrollados en el referido artículo de Boaventura de Sousa Santos no tuvieron como finalidad dar una respuesta definitiva y acabada, sino más bien ofrecer un marco de análisis y

³ Existe en Brasil también una edición en formato de libro que fue publicada en 2007 por la Fundación Boiteux (Santos, 2007).

orientación general para ser explorado en un derecho que, a causa de la globalización neoliberal, es cada vez más heterogéneo, contradictorio y plural.

Los artículos reunidos en este apartado temático de la Revista Derecho y Praxis responden a la convocatoria de repensar el derecho bajo una nueva orientación crítica: la legalidad cosmopolita subalterna. Buscan, por tanto, problematizar, particularizar y explorar en diversos contextos, principalmente brasileños, los horizontes y los límites del marco de análisis propuesto en “¿Puede el derecho ser emancipador?”. Para conseguirlo echan mano de diferentes aproximaciones teóricas, empíricas y metodológicas propias de cada especialización del derecho y de la perspectiva política de cada uno de sus autores y autoras.

Estas contribuciones son, además, el resultado de una reflexión colectiva que inició en 2010 en un Seminario realizado en el Centro de Estudios Sociales (CES) de la Universidad de Coimbra y que tuvo como objetivo discutir la actualidad de “¿Puede el derecho ser emancipador?”. A ese primer encuentro acudieron estudiantes del doctorado en Poscolonialismo y Ciudadanía Global, del doctorado en Derecho, Justicia y Ciudadanía en el siglo XXI, y del doctorado en Democracia en el siglo XXI del CES que tenían ya una trayectoria formada en el activismo y/o en la abogacía popular. Este grupo fue completado por doctorantes de diferentes programas de Brasil y de México que compartían el mismo perfil de activismo en el campo del derecho y que en ese momento se encontraban haciendo estancias de investigación en el CES.

Los resultados de este primer encuentro fueron tan ricos que en poco tiempo ya estábamos planeando una segunda reunión la cual tuvo lugar nuevamente en el CES en el verano de 2012. A esta nueva convocatoria se sumaron otros investigadores e investigadoras activistas de Brasil con trabajos sobresalientes en el campo de la teoría crítica del derecho que enriquecieron y diversificaron las discusiones iniciadas dos años atrás.

De estas dos reuniones y de los diálogos que mantuvieron en los siguientes años las y los investigadores de este grupo⁴ surgen los diez artículos que aquí reunimos. Es importante advertir nuevamente que cada uno de ellos estudia subcampos diferenciados del derecho con su propia trayectoria, literatura especializada y con instrumentos metodológicos particulares (análisis de sentencias, experiencias de movilización social, casos emblemáticos de judicialización, historiografía brasileña, entrevistas con actores claves, entre otros), por lo que la articulación de este conjunto de trabajos se encuentra en su referencia a las preguntas, problemas y principios orientadores planteados en “¿Puede el derecho ser emancipador?”.

La principal riqueza de este esfuerzo colectivo reside, entonces, en la amplitud de subcampos, escalas y experiencias que desde múltiples enfoques y recursos metodológicos se someten al marco orientador propuesto por la legalidad cosmopolita subalterna. De esta manera, los trabajos aquí reunidos estudian desde el derecho penal en el contexto de la emergencia de modelos de gobernanza cada vez más fascistas y criminalizadores (véase los artículos de: Vieira; y Felix y Reis), hasta las estrategias y prácticas de los abogados populares y las defensorías públicas progresistas para defender a los movimientos sociales y abrir mayores espacios de inclusión social (véase los artículos de: de Sá e Silva; Carlet; y Lauris); del uso del derecho como instrumento de resistencia en el periodo de transición de esclavismo y posesclavismo en Brasil (véase el artículo de: Andrade, Fernandes y de Carli), hasta la incorporación de éste en las estrategias de lucha de los denominados nuevos movimientos sociales como los ambientalistas, los indígenas y los quilombolas (véase los artículos de: Hagino y Quintans; y Carvalho); de la creciente pluralidad jurídica en escalas globales (véase el artículo

⁴ Estos espacios fueron el panel sobre “Experiencias y prácticas alternativas de pluralismo jurídico en la globalización neoliberal” coordinado por Fernanda Vieira, Mariana Quintans y Orlando Aragón realizado en el marco del V Congreso de la Asociación Portuguesa de Antropología en 2013; así como el grupo de trabajo “¿La era de los (no) derechos? Gobernanza neoliberal y el uso de los derechos humanos como producción de experiencias contra-hegemónicas” coordinado por los mismos investigadores en el I Congreso de la Asociación Internacional de Ciencias Sociales y Humanas en Lengua Portuguesa en 2015.

de: Aragón), hasta sus expresiones en espacios locales de Brasil (véase el artículo de: Maldonado).

A pesar de esta diversidad temática y de estar orientados por herramientas analíticas de la legalidad cosmopolita subalterna, los trabajos que dan cuerpo a este número no ofrecen una lectura monótona y homogénea, sino que en ellos se pueden encontrar ricos diálogos y debates. Estos encuentros, algunos más explícitos y otros implícitos, ofrecen una contribución singular para continuar una discusión más amplia sobre el potencial emancipador que el derecho puede tener en los diferentes campos, escalas y contextos sociales donde se presenta como un recurso de resistencia o de lucha para las colectividades que pelean por la transformación social.

El artículo que abre este apartado temático es “La diversidad jurídica en disputa en la era de la globalización neoliberal” de Orlando Aragón que se interesa en analizar un fenómeno que si bien quedó fuera de la discusión abierta en “¿Puede el derecho ser emancipador?”, claramente forma parte de la agenda ahí propuesta. En efecto, este trabajo se pregunta por el carácter político del pluralismo jurídico en el contexto actual de la hegemonía y contra-hegemonía global del derecho. Esta interrogante no se plantea para responderla de forma genérica, puesto que la propia literatura especializada ya ha advertido del carácter político ambiguo del pluralismo jurídico. Lo que se plantea en el trabajo es el desarrollo de una propuesta teórica que permita evaluar y comparar, en el contexto actual de heterogeneidad y pluralización del derecho, el potencial emancipador de diferentes expresiones de pluralismo jurídico. Para conseguir este objetivo se propone, y se ejemplifica brevemente, una triple caracterización del pluralismo jurídico: expresiones hegemónicas, contra-hegemónicas y no-hegemónicas. Al final del artículo se argumenta que, al igual que el derecho estatal, el pluralismo jurídico no tiene contenido político fijo; sin embargo, su evaluación política cobra una nueva relevancia en el contexto de la disputa entre la globalización neoliberal y el cosmopolitismo subalterno.

De la misma discusión sobre la hegemonía y contra-hegemonía global del derecho parte el trabajo de Fabio de Sá e Silva. En él se realiza un estudio comparativo entre la abogacía de interés público en los Estados Unidos y la abogacía popular o de derechos humanos en América Latina. A través de un vasto análisis de entrevistas realizadas a varios abogados y abogadas de Estados Unidos y de diferentes países de América Latina, así como de una cuidadosa revisión de experiencias de Brasil, el autor muestra las múltiples diferencias en la concepción y en la práctica de estos organismos en el norte y en el sur global. Esta posición supone un contrapunto a la lectura crítica que presenta la proliferación de organizaciones que defienden jurídicamente a los movimientos sociales en América Latina como la reproducción de los modelos de gobernanza generados en el norte global, que no sólo no resisten sino que incluso contribuyen a perpetuar las relaciones de poder y a las élites de América Latina. Si bien el trabajo reconoce que en ciertas experiencias de organizaciones de abogados y abogadas populares o de derechos humanos en América Latina podrían encontrarse elementos emancipadores, advierte también de su fragilidad. Finalmente, el autor sugiere una ruta crítica que deberían de seguir las investigaciones futuras en este campo e invita a una problematización mayor sobre los sentidos y los contextos de las prácticas jurídicas que permitan ejercicios colaborativos transnacionales entre los abogados y las abogadas activistas de Estados Unidos y de América Latina.

De la discusión en torno a la hegemonía y la contra-hegemonía global del derecho pasamos en el tercer artículo a una escala nacional para estudiar las prácticas y las formas en que movilizan el derecho los abogados y abogadas populares de Brasil. Flavia Carlet realiza un estudio en base principalmente a una serie de entrevistas realizadas a abogados y abogadas populares que participan solidariamente con el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra para averiguar si su *praxis* jurídico-política trasciende los límites de la concepción demoliberal del derecho. Esta contribución aporta un panorama ilustrador de cómo los propios abogados y abogadas populares del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra conciben su activismo político y algunas de las claves a las que recurren para la movilización

que realizan del discurso jurídico (uso del derecho positivo a partir de los fundamentos constitucionales, construcción interpretativa de hechos y normas, y la combinación de la acción política). Sin embargo, este análisis no deja a la práctica de la abogacía popular en el aire, sino que además argumenta las razones por las cuales tiene incidencia en un campo desigual como el judicial, pero aun así susceptible de disputa. La autora cierra su artículo sosteniendo que la abogacía popular dentro del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra es una muestra de que es posible hacer un uso contra-hegemónico del derecho, que además contribuye decisivamente en un país como Brasil a la democratización del acceso a la justicia del Estado.

La cuestión del acceso a la justicia del Estado es la problemática que aborda el trabajo de Élide Lauris. A partir de la experiencia de la defensoría pública y de movimientos sociales de San Paulo en Brasil se analiza las potencialidades y los límites del uso politizado del derecho por esta dependencia gubernamental, en un contexto social marcado por la compleja interacción de zonas democráticas y de excepción o de necropolítica. A la par de revelar cómo el poder soberano puede decidir sobre la vida o la muerte de los grupos marginalizados a través de la distribución desigual de recursos políticos y económicos, la idea de las divisiones abismales en el acceso a la justicia del Estado formulada por la autora le permite enriquecer su contribución profundizando los vínculos que guarda el acceso a la justicia con distintas concepciones y prácticas de democracia. Desde este vínculo entre acceso a la justicia y la calidad de la democracia se va a sostener que la acción contra-hegemónica de una defensoría pública puede interrumpir casuísticamente y ayudar a denunciar la inercia excluyente del Estado neoliberal, pero por sí sola no puede vencerla. Finalmente, la autora apunta que la acción de una defensoría pública en una democracia de alta tensión pasa necesariamente por romper con la premisa demoliberal de la neutralidad política del derecho y por el contrario asume una actitud políticamente comprometida con los oprimidos que posibilita lo que denomina como la contra-justicia.

La exclusión social y los Estados de excepción nos llevan a uno de los puntos más polémicos sobre el debate de la utilización contra-hegemónica del derecho, el que se podría realizar desde la justicia criminal. “Seducidos por la reina de corazones” de Fernanda Vieira abre esta discusión en la que retoma la metáfora de la reina de corazones de “Alicia en el país de las maravillas” para presentar la paradoja de la penetración del discurso punitivo en una de sus principales víctimas: los movimientos sociales. A partir de un seguimiento ligado a la historia del capitalismo y echando mano de una amplia literatura crítica, la autora da cuenta de la evolución y las funciones que el derecho penal ha cumplido en la sociedad hasta su avatar actual en la globalización neoliberal. De forma similar al artículo anterior, la autora muestra con claridad cómo las actuales democracias liberales no sólo no se oponen a los más agresivos regímenes de excepción y punición, sino que incluso pueden convivir funcionalmente con ellos. Dentro de este marco y después de realizar un análisis sobre el papel que el poder judicial adquiere en los conflictos penales, se defiende la idea de que es nulo el espacio para que los movimientos sociales puedan obtener algún tipo de ventaja emancipadora a partir de la de punición de ciertas conductas que consideran agraviantes. El artículo cierra reflexionando, sin embargo, sobre las posibilidades de que el derecho penal pudiese tener contenidos emancipadores bajo otras lógicas de justicias apenas practicadas y pensadas por algunos movimientos sociales del sur global.

La contribución de Criziany Felix y Cristiane Reis abona también al debate sobre las posibilidades emancipadoras del sistema penal. Al igual que los dos trabajos anteriores las autoras coinciden en la emergencia de un fascismo social, en sociedades como la brasileña, que fortalece cada vez más la división abismal entre un minúsculo sector de la población, que en la práctica disfruta de los beneficios que bajo la lógica de la teoría contractualista pertenecen a la sociedad civil, y otro gran sector que en la práctica nunca ha pertenecido a ésta o que progresivamente es arrojado al Estado de naturaleza. Sin embargo, esta exclusión la encuadran en un contexto más ambiguo; en uno en el que la Constitución brasileña de 1988 adquiere cierto rasgos de constitucionalismo transformador que permite, en

algunos casos y bajo ciertas condiciones, que en la justicia penal se presenten sentencias progresistas alejadas de la lógica punitiva neoliberal. Por tal razón, la estrategia que siguen las autoras para evaluar el eventual potencial emancipador de la justicia criminal se desplaza al análisis de la práctica judicial y más específicamente al estudio de cuatro resoluciones progresistas. A partir de estos elementos generales se concluye que incluso la justicia criminal tiene filos contra-hegemónicos, si se les concibe a estos como medios que permiten una mayor inclusión social en situaciones altamente excluyentes.

Si el debate en torno a las posibilidades emancipadoras en la justicia penal es polémico el artículo realizado en coautoría por Bruno Andrade, Bruno Diniz y Caetano de Carli lleva la discusión a uno de los contextos más difíciles de analizar. En efecto, en este séptimo trabajo se realiza un doble desplazamiento (en el tiempo y en la materia) para centrarse en el uso contra-hegemónico del derecho y de la institucionalidad en la transición del régimen esclavista y posesclavista de Brasil. Los autores se concentran en el estudio del derecho imperial y en la historiografía pre y posabolucionista de Brasil para caracterizar el campo jurídico de ese contexto como fuertemente desigual y hegemónico, pero aun así susceptible de disputa. Cuestionan también la idea mítica de que con la promulgación de la leyes abolicionistas de 1888 se haya dado fin al esclavismo en Brasil y con una perspectiva poscolonial dan cuenta de su continuidad en una etapa formalmente posesclavista. Las fuentes principales a las que recurren los autores en su estudio son dos obras centrales de la historiografía sobre la resistencia esclava en Brasil y una experiencia en que se permitió la práctica de la capoeira que durante mucho tiempo fue criminalizada. En estas fuentes se retoman episodios en los que se documenta cómo los negros esclavizados, a pesar del régimen opresor, tuvieron la habilidad de moverse en estrechísimos espacios, mas mediante mecanismos informales y privados, para resistir a partir de las instituciones y del derecho.

Del uso informal de la institucionalidad y del derecho pasamos en el siguiente artículo al análisis de los movimientos sociales que han incorporado al derecho como una de sus principales herramientas de lucha. Es el caso de los pueblos

tradicionales en la pelea por el reconocimiento de su identidad en el Brasil contemporáneo, más específicamente de los movimientos indígenas y quilombolas que estudian Córa Hagino y Mariana Quintans. Las autoras muestran cómo estos sectores que históricamente han sido negados, invisibilizados, violentados y despojados de sus territorios, poco a poco han aprovechando la ambigüedad del derecho y la heterogeneidad del campo judicial para conseguir conquistas significativas para sus luchas, basándose en el reconocimiento de su identidad diferenciada. El estudio de los casos emblemáticos de *raposa serra do sol* y de la Isla Marambaia, en donde se demandaba el reconocimiento de territorios indígenas y quilombolas, proporcionan un referente empírico a partir del cual las autoras dan cuenta de la movilización contra-hegemónica que hacen estos movimientos sociales del derecho.

El trabajo de Lidiane Carvalho sobre las potencialidades emancipadoras del derecho ambiental en Brasil representa una continuación natural del artículo sobre los pueblos tradicionales. No sólo porque los dos procesos de lucha se encuadran dentro de los denominados nuevos movimientos sociales, sino porque, como sostiene la autora, el medio ambiente aparece como un elemento estratégico para generar alianzas entre diferentes movimientos sociales y entre diferentes formas de conocimiento. En esta penúltima colaboración se analiza el surgimiento del derecho ambiental como una clara expresión de legalidad cosmopolita, que sin embargo, ha perdido fuerza en los tiempos más recientes desplazándose cada vez más hacia un polo de regulación. Este artículo concluye visibilizando, a través de un ejercicio de la sociología de las ausencias y de las emergencias, las potencialidades que a pesar de todo continúan residiendo en el derecho ambiental para prácticas contra-hegemónicas del derecho, e incluso elementos para pensar sociedades poscapitalistas y poscoloniales.

Cierra este apartado el trabajo de Fernando Maldonado con la temática con que fue abierto: el pluralismo jurídico. No obstante, la aproximación empleada por el autor es particular. Lo que le interesa es indagar, a partir de una experiencia de regularización territorial de una comunidad urbana en la ciudad brasileña de

Canoas, si la pluralidad legal puede incidir en un ejercicio de democracia de alta intensidad. Para lograr su objetivo, el autor ofrece una revisión panorámica de cómo la democracia liberal fue perdiendo su impulso transformador e incluyente durante el siglo XX debido al énfasis que cobraron los mecanismos de representación, pero también da cuenta de cómo la reforma del Estado en Brasil abrió nuevos espacios, aun contradictorios en muchos sentidos, para la práctica de formas de democracia más participativas principalmente en espacios locales. Iniciativas como los presupuestos participativos y las audiencias públicas de algunos gobiernos locales; así como el uso politizado de una pluralidad de ordenamientos, de escala local principalmente, son a juicio del autor nuevas ventanas desde las cuales se pueden ir implementando prácticas de democracia de alta tensión.

Después de esta presentación no nos queda más que decir que tenemos la certeza de que este mosaico de análisis enriquece y profundiza las respuestas a las interrogantes con que iniciamos esta introducción. Sin embargo, al igual que “¿Puede el derecho ser emancipador?” este conjunto de trabajos no pretende poner punto final al debate. Por el contrario, pretende ser el inicio de una discusión más amplia en torno al papel que ocupa hoy el derecho en sus múltiples expresiones, dimensiones, escalas y subcampos en las luchas de los movimientos sociales y de los colectivos en resistencia por una sociedad más justa. Esperamos que así sea.

Bibliografía:

Santos, Boaventura de Sousa (2003), “Podera o direito ser emancipatorio?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Podera o direito ser emancipatorio*, Vitória: Faculdade de Direito e Fundação Boiteux, 2007.

Santos, Boaventura de Sousa y César Rodríguez Garavito (2007) "El derecho, la política y lo subalterno en la globalización contra-hegemónica", en: Boaventura de Sousa Santos y César Rodríguez Garavito (Coords.), *La globalización y el derecho desde abajo. Hacia una legalidad cosmopolita*, México DF: UAM-C / Anthropos, 7-28.

Presentation

March, 11th, 2015

We present the new edition of the *Law and Praxis Journal* (6/10, 2015, Dez-Mar), with the dossier "Can the law be emancipatory?", organized by the Professors Orlando Aragón Andrade and Boaventura de Sousa Santos. They present in detail at this introduction, in Portuguese and Spanish, the rich material produced by the researchers from the Centre for Social Studies of University of Coimbra, Portugal.

This number brings a new improvement phase of Law and Praxis' editorial policies. From this issue, the journal will be quarterly published, with issues in March, June and November. It will also have a special Dossier in each issue. With this modification, we intend to publish articles faster and contribute for discussion of relevant topics in the public sphere, university and Brazilian society.

In this issue, besides the eight original articles, we present the translation of the article "Behind Marx's hidden abode, for an Expanded Conception of Capitalism," of Professor Nancy Fraser, originally published at the New Left Review (86, March-April, 2014). This translation was made possible by the grant received from Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, through its support to scientific journals in our state. We also published the review of the book of Sheila Jeffreys, *Gender Hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism*

We remind readers and authors that the editorial policies for the sections of the Journal can be accessed in our webpage and that submissions are permanent and always welcome! In case of doubts, simply contact our editorial team. We thank, as always, the authors, reviewers and collaborators for the trust placed in our publishing and the high quality work.

Enjoy your reading! **Law and Praxis** team.

Expediente desta edição

Editor: Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Editora Executiva: Carolina Alves Vestena, UERJ, Brasil

Comissão Executiva

Adrielly Ribeiro do Rego, UERJ, Brasil

Helena Ferreira Matos, UERJ, Brasil

Lorena Schmidbauer Penna, UERJ, Brasil

Paulo Roberto de Siqueira Jr., UERJ, Brasil

Valeska Rodrigues Silva, PUC-Rio, Brasil

Conselho Editorial / Editorial Board

Dra. **Ágnes Heller**, New School for Social Research, EUA

Dr. **Andrés Botero Bernal**, Universidad de Medellín, Colômbia

Dr. **Alfredo Culleton**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dra. **Bethania Assy**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. **Costas Douzinas**, Birkbeck University of London, Reino Unido

Dra. **Deisy Ventura**, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. **Guilherme Leite Gonçalves**, Freie Universität Berlin, Alemanha

Dr. **João Maurício Adeodato**, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. **James Ingram**, MacMaster University, Canadá

Dr. **Luigi Pastore**, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. **Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira**, UFMG, Brasil

Dr. **Paulo Abrão**, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. **Rosa Maria Zaia Borges**, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores / Referees

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Ana Lia Vanderlei Almeida**, Universidade Federal da Paraíba; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Carolina Medeiros Bahia**, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; **David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Fabiana Luci de Oliveira**, Universidade Federal de São Carlos, Brasil; **Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Uniguaçu, Brasil; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Hector Cury**, Unipampa, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Iagê Zendron Miola**, Universidade de Milão, Itália; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, EUA; **João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **José Rodrigo Rodriguez**, UNISINOS, Brasil; **Leonardo Barbosa**, UERJ, Brasil; **Letícia Paes**, Birkbeck University of London, Reino Unido; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, EUA; **Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath**, UNB, Brasil; **Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Maria Gabriela Viana Peixoto**, UERJ, Brasil; **Mayra Cotta**, UERJ, Brasil; **Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Monique Falcao Lima**, UERJ, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Orlando Aragón Andrade**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Orlando Villas Bôas Filho**, USP, Brasil; **Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renata Ribeiro Rolim**, UFPB, Brasil; **Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Ricardo Pazello**, UFPR, Brasil; **Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Rodolfo Liberato de Noronha**, UFF, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Thiago Reis e Souza**, Direito FGV - São Paulo, Brasil; **Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil.